

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E COMBATE À FOME
Secretaria Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional**

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Políticas para o
Desenvolvimento Sustentável**

Carteira Indígena

Balanço das Atividades e Resultados

Brasília – Maio de 2005

1. Apresentação

O objetivo deste Relatório é apresentar ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA a ação de governo denominada Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas – **Carteira Indígena**. **Após uma breve apresentação dos seus antecedentes e forma de funcionamento, o Relatório apresenta** um balanço das atividades realizadas pela CI, com os resultados de sua implementação, no período entre junho de 2004 e maio de 2005, e, finalmente, o cenário relativo aos recursos e perspectivas para 2006.

2. Antecedentes

A Carteira Indígena, doravante denominada CI, é fruto de uma parceria estabelecida entre a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS e a Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente - MMA, com o objetivo de

A criação da CI teve por base as demandas históricas e recorrentes dos povos indígenas por políticas de apoio e fomento às suas atividades produtivas, em bases sustentáveis e respeitadas a sua autonomia e identidades culturais e que atingissem as populações de todas as regiões brasileiras. (Ver, por exemplo, as demandas apresentadas no Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável e na Conferência Nacional do Meio Ambiente, em 2003, e na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2004).

Em termos governamentais e administrativos, esta ação está amparada por um Acordo de Cooperação Técnica entre os dois Ministérios, com vigência até 25 de novembro de 2006 e com um aporte inicial do MDS de R\$ 7 milhões. A execução do projeto está sob a responsabilidade do MMA.

O lançamento oficial ocorreu em junho de 2004, com a 1ª Oficina Nacional de Trabalho, que contou com a participação de 40 representantes indígenas de todo o país, organizações não governamentais, indigenistas e socioambientalistas, especialistas e pesquisadores em SAN e órgãos parceiros do governo federal. Nesta Oficina foram pactuadas as diretrizes gerais de funcionamento da CI; a composição e as atribuições de suas instâncias de decisão e indicados os representantes indígenas nestas instâncias. Além disso, foram indicadas áreas prioritárias para atendimento da CI, em todo o Brasil, com base em critério a gravidade da situação de insegurança alimentar e nutricional das comunidades e a degradação ambiental de suas terras (Cf. Anexo I).

3. Objetivo: apoiar e promover ações de segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas de todo o país, através do fomento a projetos apresentados por estas comunidades, preferencialmente, através de suas próprias associações.

4. Linhas temáticas e valores dos projetos

A CI apoia projetos de R\$ 10.000,00 a 50.000,00, nas seguintes linhas:

- a) Ampliação, melhoramento e implementação de práticas sustentáveis para produção, beneficiamento e comercialização de alimentos;
- b) Práticas sustentáveis de produção, beneficiamento de matéria prima e comercialização do artesanato;
- c) Práticas sustentáveis de beneficiamento e comercialização de produtos agroextrativistas;
- d) Revitalização de práticas e saberes tradicionais associados à produção de alimentos, ao agroextrativismo e ao artesanato

5. Prioridade no atendimento

Comunidades que apresentam situação grave e emergencial de carência alimentar e degradação ambiental de suas terras **terão prioridade máxima no atendimento.**

As comunidades prioritárias para atendimento são indicadas pelas Oficinas Nacionais de Trabalho e pelo Grupo Gestor, neste caso considerando indicações da coordenação da CI, da FUNAI, FUNASA entre outros órgãos governamentais e de instituições da sociedade civil, que devem qualificar suas indicações.

6. Instâncias de deliberação e controle social

Grupo Gestor: Composto por representante do MDS, do MMA e dois representantes do CONSEA (um indígena e um não indígena). Realiza reuniões mensais para apreciação e deliberação sobre de projetos das áreas prioritárias para atendimento, de qualquer valor, e de áreas não prioritárias no valor de até R\$ 10.000,00. Avalia mensalmente as ações da CI; indica novas ações e novas áreas prioritárias, entre outras atribuições.

CAP (Comissão de Aprovação de Projetos): é composta por 7 representantes do governo federal e 7 representantes indígenas, sendo dois da região nordeste, dois da região norte, dois da região centro-sul e um do estado do Mato Grosso do Sul. Analisa

projetos de áreas não prioritárias com valores maiores que R\$ 10.000,00. Acompanha e avalia, trimestralmente, o funcionamento geral da Carteira Indígena.

Oficina Nacional de Trabalho: instância de avaliação coletiva da Carteira, das suas diretrizes e estratégias de implementação e de tomada de decisões importantes para o seu funcionamento. **Participam** representantes das organizações indígenas, dos diversos Ministérios e órgãos do governo parceiros, de organizações da sociedade civil. Analisa e referenda estudos e diagnósticos sobre insegurança alimentar nas comunidades indígenas, que orientarão as ações da CI; define a relação das comunidades em situação grave e emergencial de insegurança alimentar que terão prioridade no atendimento pela Carteira; elege os representantes indígenas na CAP e Grupo Gestor; avalia as diretrizes e estratégias de implementação da Carteira e propõe modificações, quando for o caso;

7. Sistemática de apreciação dos projetos

Antes de submetidos à aprovação, os projetos recebem um parecer técnico da CI, recomendando ao Grupo Gestor ou CAP: a) aprovação, b) aprovação com condicionantes ou c) reprovação.

Projetos aprovados sem condicionantes: são enviados à área administrativa para elaboração de Carta de Acordo com a associação proponente, em seguida são remetidos ao PNUD para análise do setor jurídico desta instituição e assinatura. A Carta volta ao MMA para assinatura do coordenador do Projeto. Com as assinaturas do PNUD e coordenação do Projeto as Cartas são enviadas à proponente para assinatura. Quando retornam ao MMA inicia-se o processo de repasse dos recursos: a solicitação de repasse é inserida no sistema GAP/SECEX/MMA e no sistema PNUD, o pagamento é certificado e autorizado e o dinheiro, finalmente, entra na conta da instituição proponente.

Projetos aprovados com condicionantes para a liberação de recursos: informa-se à proponente as condicionantes que deverão ser atendidas (documentação, informações adicionais, esclarecimento sobre custos, entre outras), e solicita-se resposta no prazo máximo de 2 meses. Ao chegar na CI, esta resposta recebe um parecer técnico que analisa se as condicionantes solicitadas pelo Grupo Gestor foram de fato atendidas. Em caso positivo, após o de acordo da coordenação da CI, os projetos seguem o mesmo fluxo dos aprovados sem condicionantes.

Projetos reprovados: a organização proponente recebe uma carta da Carteira Indígena esclarecendo os motivos da não aprovação pelo Grupo Gestor e recomendações técnicas

para reeleaboração do projeto que, na maior parte das vezes, é reapresentado.

8. Sistemática de divulgação e fomento à elaboração de projetos

A Carteira realiza quatro tipos de atividades diferentes com o objetivo de divulgar suas diretrizes e normas de funcionamento, mobilizar as comunidades indígenas para que acessem os seus recursos e apoiá-las na elaboração de seus projetos:

- **Oficina regional:** Reúne órgãos estaduais e municipais, governamentais e não governamentais, de apoio aos indígenas e lideranças indígenas das etnias existentes no estado ou região, as quais se deslocam de suas aldeias para o local do evento (em alguns casos, as oficinas são realizadas em uma aldeia indígena).
- **Visita técnica:** realizadas, com raras exceções, apenas em áreas prioritárias para atendimento da Carteira, são reuniões com as comunidades, em suas próprias aldeias, nas quais os técnicos apoiam, *in loco*, a elaboração de projetos idealizados pela comunidade e com expressiva e ativa participação de seus membros.
- **Reuniões de trabalho com redes de apoio:** são realizadas com instituições locais - representantes de organizações indígenas, de órgãos dos governos estaduais e municipais, ONGs indigenistas e sociambientalistas, representantes do Ministério Público Federal, universidades, e com representantes locais da FUNAI, FUNASA, IBAMA, EMBRAPA, com o objetivo de traçar estratégias que possam potencializar e dar sustentabilidade às ações da CI no estado ou região.
- **Divulgação em eventos:** por meio de convite, a Carteira Indígena se faz presente em eventos relacionados a temática indígena.

Resumo das atividades de divulgação e fomento à elaboração de projetos realizadas entre junho de 2004 e maio de 2005:

A partir da realização da 1ª Oficina Nacional de Trabalho, todos os esforços foram concentrados em atividades de divulgação da Carteira Indígena, mobilização e capacitação de lideranças comunitárias indígenas, visando difundir esta importante iniciativa do governo federal, apoiar a elaboração de projetos e facilitar o acesso aos recursos por parte das comunidades e organizações indígenas. No total, além da Oficina Nacional, foram realizadas 11 oficinas regionais, 47 visitas técnicas e 15 reuniões com redes de apoio, abrangendo todas as regiões do país (Cf. Quadro I, abaixo). Além destas atividades, a CI participou de vários eventos, nos quais foram divulgadas suas diretrizes:

objetivo, formas de acesso aos recursos e prioridades no atendimento, entre outros aspectos. Dentre estes eventos, destacamos: SBPC Indígena, em MT; Seminário Nacional de Administradores Regionais da FUNAI, em Brasília; Pré Conferência Nacional de Mulheres Indígenas; reuniões da CISI; reunião do CONSEA-ES; Assembléia do CIR – Conselho Indigenista de Roraima.

Quadro I: divulgação e capacitação da CI em todo Brasil (Junho/04 a Maio/05).

Região I (NE + MG + ES)	Região II – (Sul + Sudeste + MS)	Região III – Amazônia Legal
6 Oficinas regionais: AL, 2 PE, 2 na BA	5 Oficinas: 3 no MS, 2 SC, 1 SP	1 Oficina: MA
26 Visitas técnicas: 11 CE, 6 Alagoas, 8 PE, 1 PB	16 Visitas técnicas: 13 áreas no MS, 3 SC, 3 RS;	2 Visitas técnicas: AC e AM
6 Reuniões com rede de apoio: 1 MG, 1 BA, 2 CE, 2 PE, 1 ES,	5 Reuniões com rede de apoio: 3 RS, 1 SP, 1 SC	5 Reuniões com rede de apoio: 1 AC, 1 RR, 2 MT, 1 AM

9. Monitoramento e Avaliação:

O monitoramento e a avaliação das ações da CI é realizado, mensalmente, pelo Grupo Gestor e, a cada três meses, pela Comissão de Avaliação de Projetos, da qual participam 14 indígenas, distribuídos pelas diferentes regiões do país, e, anualmente, pelas Oficinas Nacionais de Trabalho (a primeira ocorreu em junho de 2004, e a segunda está prevista para o segundo semestre de 2005).

O monitoramento dos projetos em execução, a ser iniciado em julho, será realizado pela equipe técnica da Carteira, com apoio de outros programas do MMA.

9. Projetos: balanço e situação até 31 de Maio de 2005

9.1. Projetos recebidos

A CI iniciou o recebimento de projetos em agosto de 2004, após reformuladas as suas diretrizes e roteiro de apresentação de projetos, com base nas contribuições e recomendações dos participantes da I Oficina Nacional de Trabalho. Entre agosto e dezembro já havia recebido mais de 60 projetos, parte dos quais foi devolvida às

instituições proponentes para serem ajustados às diretrizes da CI. Ao todo, em 2004, foram apreciados 49 projetos, em três reuniões do Grupo Gestor.

Entre janeiro e maio de 2005, o número total de projetos recebidos chegou a mais de 200. Entre fevereiro e maio, o Grupo Gestor realizou mais 6 reuniões, perfazendo um total de nove reuniões, nas quais foram aprovados **136 projetos**, no valor total de R\$ **4.167.560,00**, beneficiando **6.265 famílias** e **40.551 pessoas**, distribuídos como segue:

Quadro II: Projetos aprovados pelo Grupo Gestor até 20/05/2005.

REGIÃO	Nº DE PROJ. APROVADOS	Nº FAMÍLIAS	VALOR EM R\$
Amazônia Legal			
AC	7	163	208.972,80
AM	5	446	219.980,10
MT	20	488	558.441,00
RR	10	321	99.734,60
SUB TOTAL	42	1.418	1.087.128,50
NORDESTE			
AL	4	860	170.000,00
BA	4	190	108.133,57
CE	1	20	49.768,04
MG	3	148	89.946,00
PB	1	??	44.668,00
PE	26	650	1.327.311,66
SUB TOTAL	39	1868	1.789.827,27
CENTRO SUL			
MS	9	113	382.341,39
PR	6	630	299.902,92
RS	11	1.146	241.051,45
SC	8	597	119.982
SP	21	556	247.326,47
SUB TOTAL	55	2.979	1.290.604,23
TOTAL	136	6.265	4.167.560,00

9.2. Repasse dos Recursos

Até 31 de maio de 2005, dos 136 projetos aprovados, **34 já haviam recebido os recursos pleiteados**, no valor total de **R\$ 400.131,75**

A previsão é de que possamos pagar, até o final de junho, cerca de mais 20 projetos, num valor aproximado de R\$ 700.000,00.

10. Perspectiva de gastos dos recursos restantes

A Carteira Indígena já recebeu projetos que ultrapassam a ordem de R\$ 6 milhões. Mais da metade destes recursos, **R\$ 4.167.560,00**, já foi empenhada com a aprovação dos 136 projetos mencionados, dos quais mais de 80% são oriundos de áreas eleitas como prioritárias para atendimento da CI. A previsão é de que, até agosto, todo o recurso inicial, de R\$ 7 milhões, tenha sido empenhado com a aprovação dos projetos e atividades de fomento à sua elaboração e que, até dezembro de 2005, o efetivo desembolso tenha sido realizado.

Este cenário está bastante próximo da realidade, considerando-se que:

- a) a próxima reunião ordinária do Grupo Gestor deverá apreciar **23** projetos, já em análise na área técnica da CI, que somam cerca de **R\$ R\$ 996.372,26**;
- b) a próxima reunião da CAP, prevista para o mês de julho, já conta com **23** projetos a serem apreciados, no valor aproximado de **R\$ 1.000.000,00**;
- c) a CI realizou, nos últimos dois meses, um conjunto de atividades que deverá resultar, já em junho, no recebimento de um grande número de novos projetos. Estas atividades foram as seguintes:
 - visitas técnicas às aldeias da Reserva Indígena Dourados, área prioritária para atendimento da CI, onde estão sendo elaborados projetos que deverão beneficiar 182 famílias da Aldeia Bororó, identificadas como as mais carentes, que deverão somar cerca de R\$ 800.000,00 e, pelo menos mais R\$ 200.000,00 em novos projetos da aldeia Jaguapiru, que já te aprovados 5 projetos;
 - os resultados das visitas técnicas às áreas indígenas no Ceará, estando previsto o envio de cerca de 30 projetos no próximo mês;
 - a divulgação da CI no Maranhão, na primeira semana de maio, em seminário promovido pelo Programa Demonstrativo para os Povos Indigenas - PDPI, com a participação de cerca de 60 lideranças indígenas desse estado. Note-se que, até então, essa divulgação era muito localizada; Oficina Regional e visita técnica às áreas prioritárias do Rio Grande do Sul (estas já em curso);

- As visitas técnicas que serão realizadas na área Xavante em Mato Grosso, no mês de junho;
- Visita Técnica à área Maxacali, no mesmo período;
- Oficina regional em Mato Grosso, para povos da Bacia do Alto Paraguai, em parceria com o Programa Pantanal/MMA;

Certamente, neste contexto, o número de projetos que solicitam recursos da CI tenderá a crescer de maneira muito significativa nos próximos dois meses. Frise-se, no entanto, que este crescimento, e a maneira como ele vem se dando, desde janeiro de 2005 (apenas para se ter uma idéia, a CI recebeu 35 projetos novos em menos de quinze dias, entre 29 de abril e 10 de maio), não é apenas o resultado das ações de apoio à elaboração de projetos realizadas pela CI. **Deve-se, sobretudo, a situação de insegurança alimentar dos povos indígenas, generalizada em algumas áreas do país, como é o caso das regiões sul e nordeste.**

Assim sendo, a grande expectativa das comunidades indígenas que já enviaram ou estão elaborando projetos para envio à CI, impõe o aporte de maiores recursos, sob pena de frustrarmos essas comunidades, com a repentina suspensão das ações de fomento às suas atividades produtivas voltadas para a melhoria da segurança alimentar. É fundamental, portanto, que se busque alternativas para evitar essa situação **de modo a dar continuidade ao Programa e não frustrar as grandes expectativas criadas pela CI junto às comunidades indígenas do país.**

Lylia Galetti (MMA /Coordenadora da CI)

Igor Arsky (MDS/técnico responsável pelo acompanhamento das ações)

ANEXO I - Relação de Áreas Prioritárias, conforme indicações da Oficina Nacional de Trabalho / 2004, FUNAI e Grupo Gestor da CI

ÁREAS PRIORITÁRIAS REGIÃO NORDESTE + MG + ES			
UF	INDICADAS NA OFICINA NACIONAL DE TRABALHO DA CI	INDICADAS PELA FUNAI	INDICADAS PELO GRUPO GESTOR
AL	JERIPANKÓ, KALANGÓ, KOIUPANKÁ	JERIPANKÓ, KALANGÓ, KARUAZU	Wassu Cocal, por indicação da CAP
BA	KANTARURÉ, TUMBALALÁ, TUPINAMPÁ	KANTARURÉ, TUMBALALÁ, PANKARARÉ, ATIKUM DE SANTA RITA DE CÁSSIA, ATIKUM EM ASS. DO INCRA EM ANGICAL ATIKUM EM ASS. DO INCRA EM BENFICA / COTEGIPE	Comunidades Pataxó do entorno do Monte Paschoal, por indicação da coordenação da CI
CE	TAPEBA, PITAGUARY, TABAJARA	TAPEBA, PITAGUARY, TABAJARA DE CRATÉUS POTYGUARA JACARÉ DE SÃO DOMINGOS MONTE MOR	
MG	MAXACALI, XACRIABÁ, PATAXÓ DA FAZENDA GUARANI	MAXACAI, XACRIABÁ, KRENAK	
PE	ATIKUM, KAMBIWÁ, PANKAIUCÁ	ATIKUM, KAMBIWÁ, PIPIPAN	Pankará, por indicação da CAP Kapinawá (por indicação da equipe técnica da CI)

**ÁREAS PRIORITÁRIAS REGIÃO CENTRO SUL
(SUL, SUDESTE + MS + GO)**

UF	INDICADAS NA OFICINA NACIONAL DE TRABALHO DA CI	INDICADAS PELA FUNAI	INDICADAS PELO GRUPO GESTOR
MS	ALDEIA BORORÓ (TI Dourados) TAQUARA, ARROIO CORÁ, ANTÔNIO JOÃO KOKUE-I GUATÓ BURITI TERENA URBANIZADOS OFAYÉ - XAVANTE	BORORÓ, TAQUARA, ACAMPAMENTO GUERAROKA	Aldeia JAGUAPIRU (TI DOURADOS)
PR	LARANJINHA, BOA VISTA, MANGUEIRINHA, RIO DAS COBRAS, FAXINAL, I BARÃO DE ANTONINA SÃO JERÔNIMO	LARANJINHA, T. I. MOCÓCA, PINHALZINHO, SÃO JERÔNIMO. APUCARANA, BARÃO DE ANTONINA, ARAGUARI	
RJ	LITORAL SUL SAPUKAI	PIRAQUARA	
RS	GUARITA, LIGEIRO, MONTE CASEROS, TI CANTAGALO (VIAMÃO) COXILHA DA CRUZ (VALE DO RIBEIRO)	Não houve indicação	

SC	KONDÁ ALDEIA ARAÇAI / GUARANI IMBU IBIRAMA CHIMBANGUE XAPECÓ MASSIAMBU MORRO DOS CAVALOS MORRO ALTO PALHOÇA	KONDÁ ALDEIA ARAÇAI / GUARANI IMBU IBIRAMA	
SP	KOPENOTY, EKURÁ PYHAN, NIMUENAJU TEREGUÁ, BARÃO DO ANTONINO JARAGUÁ, VALE DO RIBEIRA TI s do LITORAL SUL	Não houve indicação	
GO	Não indicação	houve	CARRETÃO I e II ARUANÃ I e II

ÁREAS PRIORITÁRIAS AMAZÔNIA LEGAL			
UF	INDICADAS NA OFICINA NACIONAL DE TRABALHO DA CI	INDICADAS PELA FUNAI	Indicadas pelo Grupo Gestor
AC	TI KATOUQUINA	<i>Não houve indicação de áreas prioritárias</i>	

AM	<p>YANOMAMI – RIO MARAUJA</p> <p>VALE DO JAVARI – MARUBO, MAYORUNA</p>	<p>COMUNIDADE MAIA / RIO CAUABORIS / TERRA INDÍGENA YANOMAMI</p> <p>COMUNIDADE SANTO ATANÁSIO / IGARAPÉ JAPU / TERRA INDÍGENA ALTO RIO NEGRO</p> <p>COMUNIDADE NOVA FUNDAÇÃO / RIO TIQUIÉ / TERRA INDÍGENA ALTO RIO NEGRO</p> <p>MALOCAS BICHO-AÇU, IXIMA</p> <p><u>RAITA</u></p> <p><u>PUKIMA</u></p> <p><u>KONA</u></p> <p><u>COMUNIDADE BOAS NOVAS / RIO MARAU</u></p> <p><u>COMUNIDADE SÃO FRANCISCO / RIO WAICURAPÁ</u></p> <p><u>COMUNIDADE JATUATUBA / RIO ANDIRÁ</u></p> <p><u>COMUNIDADE BOAS NOVAS / RIO MARAU</u></p> <p><u>COMUNIDADE SÃO FRANCISCO / RIO WAICURAPÁ</u></p> <p><u>COMUNIDADE JATUATUBA / RIO ANDIRÁ</u></p>	
AP	<p>Não houve indicação de áreas prioritárias</p>	<p>Não houve indicação de áreas prioritárias</p>	
MA	<p>GUAJAJARA</p> <p>Guajá</p> <p>Gavião</p>	<p>COMUNIDADE BANANAL</p> <p>BACURIZINHO</p> <p>URUCU-JURUÁ</p> <p>ALDEIA TOARY</p> <p>ALDEIA SAPUCAIA</p> <p>ALDEIA FORMOSA</p>	

<p>MT</p>	<p>TI Santana - Etnia Bakairi -</p> <p>TI Bakairi -</p> <p>TI São Marcos - Xavante</p> <p>Etnia Bororo (sem indicação de área)</p>	<p><u>AREÕES - Xavante</u></p> <p><u>PIMENTEL BARBOSA - Xavante.</u></p> <p>SANGRADOURO - Xavante</p> <p>MARECHAL RONDON - Xavante</p> <p>TI BAÍA DO GUATÓ / RIO SÃO LOURENÇO</p> <p>TERENA / RECENTEMENTE ASSENTADA</p> <p>COMUNIDADE ESTAÇÃO PARESI</p> <p>TI TIRECATINGA - COMUNIDADE NAMBIKWARA</p> <p>T.I. PARESI - REMANESCENTES DA COMUNIDADE ILHOÇÊ</p>	<p>TI Kayabi (PA/MT),</p> <p>TI Batelão (MT)</p> <p>(Justificativa: situação área BR 163 - Plano BR 163 Sustentável)</p> <p>Áreas Xavante do município de Campinápolis, por indicação da FUNAI, com base em dados de desnutrição e mortalidade infantil da FUNASA);</p>
<p>PA</p>	<p>JURUNA - RIO XINGU</p>	<p><u>ALTO RIO GUAMÁ</u></p> <p><u>ALDEIA CAJUEIRO</u></p> <p><u>ALDEIA CANINDÉ</u></p> <p><u>ALDEIA MAPUERA</u></p> <p><u>ALDEIA KATO</u></p> <p><u>ALDEIA KARAPANATUBA</u></p> <p><u>ALDEIA KABURUÁ</u></p> <p>COMUNIDADE DO PIN KARITIANA, COMUNIDADE MURA PIRAHÃ</p> <p>ALDEIA TRAÍRA / COMUNIDADE PARINTINTIN</p> <p>T. I. VALE DO GUAPORÉ (ALDEIAS CENTRAL, CABECEIRA E RODRIGO)</p> <p>T. I. NAMBIKWARA (ALDEIAS CENTRAL, CHEFÃO, CABECEIRA E BRANCA)</p> <p>T. I. PIRINEU DE SOUZA (ALDEIAS CENTRAL, TAQUARAL, BARRA DO AROEIRA E IQUÊ)</p>	<p>TI Apyterewa</p> <p>TI Cachoeira Seca</p> <p>TI Xipaya,</p> <p>TI Kuruaya,</p> <p>TI Baú (indicação do MMA, tendo em vista situação de risco na área BR 163)</p>

RR	TERRA INDÍGENA SÃO MARCOS	<u>COMUNIDADE MURIRÚ / WAPIXANA</u> <u>COMUNIDADE SÃO PEDRO / MACUXI</u> <u>COMUNIDADE SETE FLORES / MACUXI</u> COMUNIDADE IMBAÚBA / MACUXI	TI Raposa Serra do Sol: Aldeias Jauari, Brilho do Sol, Inskiam, Atai tai (região do Baixo Contingo). Por indicação do CIR
TO	KRAHÒ XERENTE	<u>KRAHÒ</u> <u>KARAJÁ XAMBIOÁ</u> <u>APINAJÉ</u> <u>KRAHÒ-KANELA</u> JAVAÉ (ALDEIAS NOVA ESPERANÇA, CACHOEIRINHA, IMÔTXI E TXIODÉ)	
RO	Não foram indicadas áreas prioritária		